



CENTRO PAULA SOUZA
ESCOLA ETEC ENGENHEIRO AGRÔNOMO NARCISO DE MEDEIROS
CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO

BÁRBARA DE CARVALHO MORAES
LETÍCIA PINHEIRO DE ARAÚJO
LUANA COUTINHO DE ARAUJO
RAQUEL RODRIGUES MENDONÇA

AMPLIANDO A VISIBILIDADE COM LIBRASLY
Explorando os Desafios e Avanços na Inclusão de Pessoas com Deficiência Auditiva e
Surdez.

IGUAPE/SP
2023

BÁRBARA DE CARVALHO MORAES
LETÍCIA PINHEIRO DE ARAÚJO
LUANA COUTINHO DE ARAUJO
RAQUEL RODRIGUES MENDONÇA

AMPLIANDO A VISIBILIDADE COM LIBRASLY

Explorando Os Desafios e Avanços Na Inclusão De Pessoas Com Deficiência Auditiva e Surdez.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Técnico em Informática de 2023 da ETEC Eng. Agr. Narciso de Medeiros, orientado pelo Prof. Fernando Guzzo Fanado, como requisito parcial para obtenção do título de Técnico em Informática.

IGUAPE/SP

2023

BÁRBARA DE CARVALHO MORAES
LETÍCIA PINHEIRO DE ARAÚJO
LUANA COUTINHO DE ARAUJO
RAQUEL RODRIGUES MENDONÇA

AMPLIANDO A VISIBILIDADE COM LIBRASLY

Explorando Os Desafios e Avanços Na Inclusão De Pessoas Com Deficiência Auditiva e Surdez.

Trabalho de Conclusão de Curso
para obtenção do certificado do
curso técnico em informática,
apresentado à banca da Etec
Engenheiro Agrônomo Medeiros

Aprovado em: de dezembro de 2023

(Título e nome de elemento que compõe a banca examinadora)

(Título e nome de elemento que compõe a banca examinadora)

(Título e nome de elemento que compõe a banca examinadora)

DEDICÁTORIA

Dedicamos este trabalho a todos que contribuíram, de alguma forma, para o desenvolvimento dele, e que certamente tiveram impacto em nossa formação acadêmica. Aos participantes desta pesquisa, por compartilharem suas experiências e conhecimentos, possibilitando momentos valiosos para a conclusão deste estudo. Dedicamos, também, aos desenvolvedores deste projeto pela persistência diante dos obstáculos e por sua dedicação para a desenvolvimento deste TCC. Por fim, dedicamos a todos que buscam a inclusão e a igualdade de acesso à comunicação.

“A mente que se abre a uma nova ideia
jamais voltará ao seu tamanho original. ”

– Albert Einstein.

RESUMO

Pretende-se, através deste trabalho, apresentar um estudo, a partir de uma perspectiva histórica, sobre a trajetória da comunidade surda brasileira e da Língua Brasileira de Sinais, com ênfase especial na deficiência da difusão da língua e na colocação prática dos discursos contemporâneos de inclusão, em sua história e nas dificuldades quotidianas enfrentadas pela comunidade surda. Boa parte dos cinco milhões de surdos brasileiros ainda é invisível para a sociedade, e busca mecanismos de associação a fim de diminuir o peso imposto para viabilizar a coexistência em um mundo onde todos os serviços e expressões culturais se alicerçam na fala e na audição. O objetivo central deste estudo é apresentar uma pesquisa sobre os desafios físicos, emocionais e psicológicos enfrentados por pessoas surdas, e apresentar uma proposta de mecanismo de difusão de informações a respeito do presente assunto.

Palavras-chave: comunidade; surdos; sinais; libras.

ABSTRACT

The aim, through this work, is to present a study, from a historical perspective, on the trajectory of the Brazilian deaf community and the Brazilian Sign Language, with special emphasis on the deficiency in the diffusion of the language and the practical placement of contemporary discourses of inclusion, in its history and in the daily difficulties faced by the deaf community. A large part of the five million deaf Brazilians are still invisible to society, and seek association mechanisms in order to reduce the burden imposed to enable coexistence in a world where all services and cultural expressions are based on speech and hearing. The central objective of this study is to present research on the physical, emotional and psychological challenges faced by deaf people, and to present a proposal for a mechanism for disseminating information regarding this subject.

Keywords: community; deaf; signs; pounds.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estátua em homenagem a Pedro Ponce de León.....	23
Figura 2 - Fachada do Instituto Nacional de Educação de Surdos	29
Figura 3 - Crianças assistindo aula no Instituto Nacional de Educação de Surdos	30
Figura 4 - Fotografia de atividade de alunos surdos com instrutores	31
Figura 5 - Fachada do Instituto Nacional de Educação de Surdos	34
Figura 6 - Tela de Apresentação	38
Figura 7 - Sobre	39
Figura 8 - Destaques	39
Figura 9 - Dedicatória.....	40
Figura 10 - Previa, parte 01	41
Figura 11 - Previa, parte 02	41
Figura 12 - Categorias	42
Figura 13 - Cadastro	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de Deficiência Auditiva.....	13
Tabela 2 - Graus de Perda Auditiva.....	14
Tabela 3 - Níveis de Perda de Audição	15
Tabela 4 - Três Tipos de Audiometria.....	16

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INES – INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

ASL – AMERICAN SIGN LANGUAGE (LÍNGUA DE SINAIS AMERICANA)

SL – LÍNGUA DE SINAIS

DB - DECIBÉIS

HZ - HEARTZ

BIAP - BUREAU INTERNATIONAL D’AUDIO PHONOLOGIE

dbNA – PERDA AUDITIVA DE DECIBÉIS

TAN – TRIAGEM AUDITIVA NEONATAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: BASE TEÓRICA E FISILOGIA DO TEMA	11
I.I O QUE É A AUDIÇÃO E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	11
I.II TIPOS DE PERDA AUDITIVA.....	12
I.III GRAUS DE PERDA AUDITIVA.....	13
I.IV OPÇÕES DE TRATAMENTO (APARELHOS AUDITIVOS E IMPLANTES)	16
CAPÍTULO II: HISTÓRIA DA LÍNGUA DE SINAIS E DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.....	18
II.I HISTÓRICO	18
II.II HISTÓRICO DOS SURDOS E DA LÍNGUA DE SINAIS NO BRASIL.....	24
II.III A ORIGEM DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	26
II.IV O INES E A TRAJETÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.....	27
CAPÍTULO III	34
III. I DIFICULDADES DOS DEFICIENTES AUDITIVOS	34
III.II IMPACTOS NO AMBIENTE EDUCACIONAL E PROFISSIONAL	35
III.III PRECONCEITO E A PRESSÃO QUE DEFICIENTES AUDITIVOS ENFRENTAM	35
CAPÍTULO IV: DESENVOLVIMENTO	36
IV. I DESCRIÇÃO DE TELAS	37
CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar a história da comunidade surda, explorando os principais momentos históricos, discutir as principais dificuldades enfrentadas e apresentar possíveis soluções para promover a inclusão e a visibilidade.

Apesar da evolução da sociedade e dos meios de comunicação, a comunidade surda até o presente momento enfrenta inúmeros desafios, sobretudo causados pela falta de informação, como, por exemplo, o preconceito, a exclusão social e a falta de acessibilidade. A negligência da sociedade é causada pela ausência da informação, uma vez que o assunto não é tratado com a devida frequência através dos meios comunicativos, obtendo o decorrente desconhecimento por parte da população, em função da má compreensão da complexidade desse tema, proporcionando influência na vida individual e social de surdos e deficientes auditivos, os quais são socialmente excluídos.

CAPÍTULO I: BASE TEÓRICA E FISIOLOGIA DO TEMA

I.1 O QUE É A AUDIÇÃO E A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A audição é um dos cinco sentidos humanos, responsável pelo transporte do som através de canais auditivos presentes na orelha, sendo composta pelo processo de captação das ondas de som transpassadas pelo órgão da audição interligado ao cérebro e suas ligações elétricas. Deficiência auditiva ou surdez caracterizam-se pela perda total ou parcial, obtida de forma congênita ou adquirida, da incapacidade de ouvir e compreender sons. Ela exprime diversos níveis, de acordo com o grau da perda auditiva e é categorizada pela sua etiologia e período existente. É importante realçar que a deficiência auditiva se difere da surdez, pois variam na intensidade da capacidade de captar sons. Do ponto de vista clínico, a surdez é a definição da total ausência da audição, assim necessitando de tratamentos mais avançados para ouvir, como o implante coclear, enquanto a deficiência auditiva é a perda leve ou moderada da audição. (LIMA & VIEIRA, 2010)

Moura, em seu vídeo: “Saiba como funciona sua audição em menos de 3 minutos! “, informa que a orelha, sendo o órgão responsável pela audição, é dividida em três partes: orelha externa, orelha média e orelha interna. A orelha externa é composta pelo pavilhão auricular, conduto auditivo externo e membrana timpânica (tímpano). Atrás do tímpano é localizado a

orelha média, onde estão situados os três menores ossos do nosso corpo, os ossículos. Seguido da orelha média, está a orelha interna, onde estão localizados a cóclea e os canais semicirculares. A cóclea é um órgão, e em seu interior estão as células ciliadas responsáveis pela audição. O som entra, primeiramente, pela orelha externa, através do pavilhão auricular, e passa no conduto auditivo externo, até chegar ao tímpano. O tímpano vibra e faz vibrar os ossículos da orelha média, que amplificam o som e o conduzem até a cóclea na orelha interna, as células ciliadas da cóclea detectam o som e os tornam perceptíveis, e a cóclea envia para o cérebro os sinais elétricos para a compreensão e interpretação do som ouvido através do nervo auditivo (MOURA, Dicas da Fono, 2016).

Ainda de acordo com Moura, o som é uma onda emitida pela vibração mecânica de um ambiente, categorizada como uma ferramenta audível pelo espectro de vibrações acústicas. Há uma unidade de medida referente à captação de sons, chamada de Decibel, que é correspondente à décima parte de um bel, tendo como função avaliar e medir a intensidade de um som. A intensidade sonora nada mais é do que a percepção da distância e volume atingidos por uma onda sonora, podendo ser medida por sua amplitude, volume e pressão causada. A percepção da intensidade sonora pelo ouvido não é linear, e sim logarítmica. A frequência sonora, por sua vez, consiste na velocidade em que as ondas de som se propagam na atmosfera, sendo presenciada através das vibrações e variando de velocidades mais espaçadas ou intensas, formando ruídos agudos ou graves, e é medida em hertz (Hz).

I.II TIPOS DE PERDA AUDITIVA

Profusos fatores podem ocasionar uma hipotética deficiência auditiva ou até mesmo a surdez completa. Transcrevendo na parte técnica, existem três tipos de perda auditiva:

Neurosensorial	Acomete a orelha interna, podendo ser causada por lesão na cóclea ou no nervo auditivo, o que impossibilita o recebimento de informações sonoras ao cérebro.
----------------	--

Condutiva	Consiste em um tipo de perda auditiva em que há um problema na orelha externa ou orelha média. Assim, havendo uma lesão no caminho em que o som é conduzido até a cóclea, como um bloqueio ou redução na habilidade auditiva para transportar o som ao ouvido interno.
Mista	Trata-se da junção das duas anteriores. Havendo lesões na orelha externa, média ou interna, ocorre uma infecção crônica que ocasiona a irradiação dos danos ao tímpano e ossículos até a cóclea.

Tabela 1 - Tipos de Deficiência Auditiva

Fonte: (Elaborada pelo autor)

Em perspectivas fenotípicas, o envelhecimento e os ruídos, geralmente emitidos em locais superpopulosos, são os mais comuns, mas um outro exemplo de causa da perda auditiva fenotípica é a obstrução do canal auditivo por um corpo estranho. Também vale ressaltar que indivíduos de quarenta anos adiante podem passar pela presbiacusia, que é a perda de audição ocasionada pela idade. Em um ponto de vista genotípico, no entanto, as perdas auditivas podem ser transpassadas de ordem hereditária, ou ocorrer durante o período da gestação, no nascimento ou após o nascimento, em qualquer idade e por diversos motivos. Uma das causas mais comuns é a má formação congênita na orelha externa, no caso de o indivíduo nascer com a orelha deformada. Tratando-se da orelha média, um problema recorrente são as otites, que são infecções no ouvido que causam a perda auditiva, podendo persistir ou não após o tratamento, mas na maioria das vezes a perda auditiva é temporária. Na orelha interna, entretanto, um exemplo de causa é a ototoxicidade, a perda da função auditiva decorrente de lesões na orelha interna. As diversas causas podem ser temporárias ou irreversíveis, de acordo com o tratamento, e as infecções tendem a ser temporárias e a presbiacusia e os ruídos, irreversíveis. (MOURA, Dicas da Fono, 2016)

I.III GRAUS DE PERDA AUDITIVA

Existem alguns graus que medem a perda auditiva, sob um ponto de vista técnico, e para descobrir sobre cada caso é necessário realizar um diagnóstico. O exame de audiometria é o

mais indicado, ele avalia a menor intensidade que a pessoa consegue identificar com clareza, trata-se de um exame indolor realizado por um fonoaudiólogo juntamente com um otorrinolaringologista. Sendo assim, a deficiência auditiva é categorizada por graus: o grau leve, moderado, severo e profundo, conforme é apresentado na tabela:

Grau leve	O indivíduo tem dificuldade em entender a fala em locais barulhentos.
Grau moderado	O indivíduo tem dificuldade em entender a fala em qualquer ambiente.
Grau severo	O indivíduo não compreende a fala e não capta os sons do ambiente.
Grau profundo	O indivíduo necessita do uso da leitura labial para compreender as pessoas ao seu redor.

Tabela 2 - Graus de Perda Auditiva

Fonte: (Elaborada pelo Autor)

Para categorizar os graus de deficiência auditiva, é aplicado o cálculo de uma média de respostas em determinadas frequências na audiometria, a classificação comumente usada foi recomendada pela **BIAP (Bureau Internacional d'Audio Phonologie)**, que considera a média das respostas nas respectivas frequências: 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 4000Hz.

Nível de Audição	Decibéis	Quadro
Audição normal	Média menor ou igual a 20 dBNA	Pode haver falhas discretas sem nenhum tipo de implicação social.
Perda auditiva leve	Média entre 25 e 40 dBNA.	Pode escutar em uma intensidade normal, porém possui dificuldade com tom de voz baixa ou distante, mas a maioria dos ruídos do dia a dia são percebidos.

Perda auditiva moderada	1º grau: média entre 41 e 55 dBNA 2º grau: média entre 56 e 70 dBNA	A fala é percebida se for relativamente alta. A pessoa compreende melhor o que está sendo dito se estiver visualizando quem está falando, e alguns ruídos do dia a dia ainda são percebidos.
Perda auditiva severa	1º grau: média entre 71 e 80 dBNA 2º grau: média entre 81 e 90 dBNA	A fala é percebida se a voz é alta e próxima do ouvido e ruídos altos são percebidos.
Perda auditiva profunda	1º grau: média entre 91 e 100 dBNA 2º grau: média entre 101 e 110 dBNA 3º grau: média entre 111 e 119 dBNA	A fala não é percebida e apenas ruídos muito altos são percebidos
Perda auditiva total	Média acima de 120 dBNA	Nenhum som é percebido.

Tabela 3 - Níveis de Perda de Audição

Fonte: (Elaborada pelo autor)

A cada mil bebês que nascem, de três a cinco possuem algum nível de deficiência auditiva. (CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA, 2011) A constatação e o diagnóstico são de extrema importância para que haja um acompanhamento de profissionais desde os primórdios, como fonoaudiólogos e outros especialistas da área. (ANGRISANI, SUZUKI, PIFAIA, SOUSA, & AZEVEDO, 2011) O diagnóstico para identificar deficiências auditivas deve ocorrer durante os primeiros seis meses de vida, para que possa haver uma intervenção médica e uma análise da situação fisiológica do indivíduo. Tal procedimento é denominado como Triagem Auditiva Neonatal (TAN), popularmente conhecido como Emissões Otoacústicas, realizado ainda no berçário. No procedimento é colocado uma sonda na orelha do bebê, emitindo sons de clique, que servem como estímulo para a cóclea. Na sonda há um microfone que captará as emissões auto acústicas, portanto, se a cóclea responder ao estímulo, o bebê não possui deficiência auditiva, caso contrário, deve ser diagnosticado imediatamente. No entanto, há a possibilidade de ocorrer equívocos quanto ao resultado, dessarte, é necessário que o teste seja repetido para a validação e confirmação do diagnóstico. Esse teste é obrigatório, por lei, e deve ser feito gratuitamente em todos os recém-nascidos. (MOURA, 2016) O diagnóstico para identificar deficiências auditivas deve ocorrer durante os primeiros seis meses de vida, para que possa haver uma intervenção médica e uma análise da situação fisiológica do

indivíduo. Tal procedimento é denominado como Triagem Auditiva Neonatal (TAN), popularmente conhecido como Emissões Otoacústicas, realizado ainda no berçário. No procedimento é colocado uma sonda na orelha do bebê, emitindo sons de clique, que servem como estímulo para a cóclea. Na sonda há um microfone que captará as emissões auto acústicas, portanto, se a cóclea responder ao estímulo, o bebê não possui deficiência auditiva, caso contrário, deve ser diagnosticado imediatamente. No entanto, há a possibilidade de ocorrer equívocos quanto ao resultado, dessarte, é necessário que o teste seja repetido para a validação e confirmação do diagnóstico. Esse teste é obrigatório, por lei, e deve ser feito gratuitamente em todos os recém-nascidos. (MOURA, 2016)

Também há outra forma de avaliação, feita para mensurar o estado do grau da deficiência auditiva. Refere-se a um procedimento indolor e rápido, chamado de audiometria. Existem três tipos de audiometria, conforme é apresentado a seguir:

Audiometria tonal	O indivíduo se encaminha para uma cabine acústica, onde o profissional irá emitir sons em diferentes frequências e intensidades em um fone de ouvido específico para obter a apuração dos limiares percebidos
Audiometria vocal	É feita da mesma forma que a tonal, mas centra-se na avaliação da compreensão da fala.
Audiometria de tronco encefálico	É feito a inserção de eletrodos atrás das orelhas do paciente, para registrar a atividade elétrica do nervo auditivo em resposta aos estímulos sonoros.

Tabela 4 - Três Tipos de Audiometria

Fonte: (ESTADÃO, 2020)

I.IV OPÇÕES DE TRATAMENTO (APARELHOS AUDITIVOS E IMPLANTES)

Aparelho auditivo é um dispositivo eletrônico externo com um microfone integrado aplicável à orelha. Seu objetivo é amplificar os sons e clarear a compreensão, além de potencializar sua audição, e é indicado para graus menores de perda auditiva. Possui

processador e diversos componentes eletrônicos, suprime os sons de ambiente e amplifica o som da fala. É aplicado após o exame de audiometria e outros diagnósticos de profissionais da audição.

Caso haja a demora da adaptação do aparelho auditivo, no caso da necessidade, há a atrofiação da área da audição no cérebro e o paciente acaba por perder a noção da audição e de sua intensidade. (SAADA, 2022)

O implante coclear, ou ouvido biônico, é feito em casos de perda auditiva profunda ou total bilateral em pessoas que não obtiveram resultados satisfatórios com o uso do aparelho auditivo. É um dispositivo destinado à habilitação ou reabilitação da audição em casos que a perda auditiva é irreversível. Para a habilitação é feita uma cirurgia composta por duas etapas: na primeira, o dispositivo interno é implantado atrás da orelha, debaixo da pele, com um componente integrado que insere alguns eletrodos no interior da cóclea; já na segunda etapa, é inserido um dispositivo externo que fica aparente, um tanto parecido com um aparelho auditivo, que fica na orelha acoplado a um ímã grudado na cabeça.

Os componentes da parte externa são formados por processador de fala, antena transmissora e microfone. O microfone capta os sons, o processador de fala seleciona e codifica os sons, e a antena transmissora envia sinais para o componente interno. No componente interno há um receptor que converte os sinais de fala em impulsos elétricos que são enviados para os eletrodos inseridos no interior da cóclea, e os eletrodos estimulam o nervo auditivo que levam a informação auditiva para serem interpretadas no cérebro.

Um processo complexo que envolve muitos critérios envolvendo muitos profissionais para a sua prescrição, tendo o fator da idade. Quanto menor o tempo de privação auditiva, maior a chance de obter um bom resultado. A cirurgia é feita com anestesia e dura 2 horas, sendo necessário raspar uma parte do cabelo e realizar um corte de 4 cm atrás da orelha. A ativação do implante é feita 30 dias após a cirurgia, com o fato de não haver a compreensão imediata dos sons em alguns casos, os eletrodos são ativados pouco a pouco, e no caso das pessoas que nunca ouviram, existe o processo de aprendizagem dos sons. Um dos pré-requisitos para fazer o implante coclear é fazer a terapia fonoaudióloga após o procedimento. (MOURA, 2017)

CAPÍTULO II: HISTÓRIA DA LÍNGUA DE SINAIS E DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.

II.1 HISTÓRICO

Ao longo da história, diferentes foram as maneiras com que o sujeito surdo fora tratado. Por muitas vezes as condutas da sociedade eram ríspidas e feriam a humanidade daqueles que nasciam com qualquer tipo de deficiência; eram mortos, ignorados, colocados às margens da sociedade e, por muitas vezes, sequer eram vistos como seres humanos. (STROBEL, Karin, 2008b)

A presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade, e a luta pela prática da comunicação por meio da Língua de Sinais é igualmente anosa. Ela remonta aos primeiros homínídeos no período da pré-história. (PERELLO & TORTOSA, 1978) A vida inóspita enfrentada pelos seres humanos nessa época indica que a sobrevivência dos integrantes dos grupos primitivos dependia unicamente da força e resistência físicas dos indivíduos, e embora não existam indícios que comprovem como os surdos viviam nessa época, crê-se que a surdez não afetava suas vidas, desde que eles possuíssem resistência física para garantir sua própria sobrevivência. (PADDEN & HUMPHRIES, 1996) Dentro de grupos primitivos, ter saúde e força física era essencial, e por isso crianças que apresentavam fragilidade física e deficiências eram caracterizadas como fardos. Era comum que elas fossem eliminadas pelos grupos. Nesse contexto, não há registros históricos que possam assegurar até que ponto os surdos sobreviviam nesses grupos. (DUARTE, Soraya et al, 2013)

Na antiguidade, a saúde era vista principalmente a partir de uma perspectiva mitológica, segundo a qual as doenças eram uma consequência de feitiçaria ou maldições enviadas pelos deuses como punição por pecados cometidos no passado. Os pacientes eram tratados pelos 'sacerdotes médicos', que eram intermediários entre as divindades e o sacerdote. Os deficientes também eram submetidos a essa perspectiva. As condições de causas desconhecidas que afligiam os habitantes eram caracterizadas como possessões demoníacas; a deficiência era uma dessas condições. Em decorrência disso, as práticas discriminatórias aumentaram, portanto, e caracterizaram as pessoas com deficiência como “não humanas”, “inferiores”, “inábeis” e “incompetentes”. Surdos, deficientes auditivos e indivíduos com deformidades físicas eram considerados seres inferiores, e a sua maioria era isolada em lugares interditados e ocultos, proibidas, assim, de ter convívio social. (PERELLO & TORTOSA, 1978)

O fator da exclusão social dos surdos vem da dita Sociedade Clássica, isto é, Grécia e Roma. De acordo com pesquisas, entre os gregos acreditava-se que a educação dos surdos era inexecutável, uma vez que associavam o aprendizado com o ato da fala. Na civilização grega, a sociedade espartana adorava o corpo e a sociedade dos atenienses, por sua vez, adorava o intelecto. Os espartanos preparavam meninos a partir dos sete anos para que estivessem prontos para ir à guerra e defender a polis; em Atenas, no entanto, havia investimento em atividades culturais, filosóficas e artísticas. Sendo assim, as crianças que nasciam deficientes eram eliminadas por não serem aptas para servir ao exército de Esparta ou para receber instruções de Atenas, sendo consideradas inúteis pela sociedade grega. (STROBEL, Karin, 2008b) (DUARTE, Soraya et al, 2013)

"Na Grécia, os sujeitos surdos eram considerados inválidos e muito incômodos para a sociedade, por isto eram condenados à morte – lançados abaixo do topo de *rochedos de Taygète*, nas águas de *Barathere* – e os sobreviventes viviam miseravelmente como escravos ou isolados". (STROBEL, Karin, 2008b)

Ainda havia opiniões correntes pelos gregos de que surdos eram seres amaldiçoados pelos deuses, por isso eram marginalizados, não possuíam direito a testamentos, escolarização e sequer podiam frequentar o mesmo ambiente que ouvintes, e muitas vezes eram condenados à morte.

Segundo o filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.), para alcançar a consciência humana, tudo deveria penetrar por um dos órgãos dos sentidos, e a audição era considerada o canal mais importante para o aprendizado, pois era o receptor de todo conhecimento. Aristóteles acreditava que quando não havia a capacidade de falar, conseqüentemente não possuía linguagem e tampouco pensamento, e por isso não enxergava lógica na intenção de ensinar pessoas surdas a falar. (SACKS, 1998)

Ele afirmava que:

“... de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão” (citado em STROBEL)

Aristóteles acreditava que, como os surdos-mudos não tinham capacidade de articular palavras ou de compreender o que os outros falavam, também não seriam capazes de aprender. Ele afirmava que “todos os que nascem surdos também são mudos, mas podem emitir voz, estão completamente privados da palavra”, e que “os cegos são mais inteligentes que os surdos”, porque acreditava que a audição era o mais importante dentre todos os sentidos humanos. Assim, durante séculos, os surdos foram considerados ineducáveis.

Um dos relatos mais antigos a respeito da surdez vem do século IV a.C., quando Hipócrates (460-377 a.C.), o pai da medicina científica, afirmou que “os surdos-mudos não podem discutir e que a fala inteligível depende do movimento da língua”. Heródoto, (484-424 a.C.), o historiador grego, também afirmou que “os surdos-mudos eram consequência do pecado de seus pais”, considerando-os seres punidos por divindades. (PERELLO & TORTOSA, 1978)

Até onde se é possível investigar e estudar, aparentemente não houve, nesse período, quaisquer iniciativas significativas de entender o meio de comunicação dos surdos e de se comunicar com eles.

Porém, em 368 a.C., o filósofo grego Sócrates (470/469-399 a.C.) fez o registro escrito mais antigo voltado aos surdos, apoiando o uso da língua de sinais como forma de comunicação: "Se não tivéssemos voz nem língua, mas apesar disso desejássemos manifestar coisas uns com os outros, não deveríamos, como as pessoas que hoje são mudas, nos empenhar em indicar o significado pelas mãos, cabeça e outras partes do corpo?" (DUARTE, Soraya et al, 2013)

Na Pérsia e no Egito, no entanto, os surdos eram considerados abençoados por serem compreendidos como seres enviados pelos deuses, com a função de realizar uma mediação entre os faraós e os deuses, sendo capazes de comunicar-se diretamente com eles unicamente por não ouvirem.

De acordo com Strobel:

"Os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados, enviados dos deuses, porque pelo fato de os surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses, numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e ‘adoravam’ os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social" (STROBEL, Karin, 2008b)

A antiga sociedade romana era completamente influenciada pela cultura grega, e por esse motivo as pessoas surdas eram vistas com os mesmos preconceitos existentes na Grécia antiga. No império romano, além de serem quase completamente excluídos do convívio social, surdos eram proibidos de receber heranças, se casar e realizarem testamentos, não possuíam quaisquer direitos e precisavam de um tutor para realizar qualquer tipo de negócio, e essa condição foi transmutada ao Império Bizantino. Durante o reinado de Justiniano, no século V, os surdos que não desenvolvessem o hábito da fala eram proibidos de assinar contratos, receber heranças e conviver em sociedade. (DUARTE, Soraya et al, 2013)

O exílio dos surdos se estendeu até a Idade Média, que se caracterizou pela supremacia da Igreja Católica, pela economia rural, por uma sociedade estável e hierárquica, pela falta de condições de higiene e pela presença de pestes epidêmicas.

Nessa época, a Igreja teve um grande papel na discriminação no que se refere às pessoas com deficiência, pois havia a ideia de que "o homem foi criado a imagem e semelhança de Deus", e por isso pessoas que não se encaixavam no padrão físico considerado "normal" eram postas à margem por serem consideradas seres não-humanos, abominações inferiores. (DUARTE, Soraya et al, 2013)

Santo Agostinho (354 d.C. – 430d.C), sendo um dos nomes de maior relevância na história da Igreja Católica, chegou a alegar que pessoas surdas possuíam tal condição pelo fato de os pais precisarem pagar por pecados antigos. O desprezo para com pessoas surdas se fundamentava, também, no fato de sua alma não ser considerada imortal, visto que os surdos não possuíam a capacidade de pronunciar os sacramentos. Santo Agostinho, no entanto, assim como o filósofo grego Sócrates, também defendia que surdos podiam utilizar da língua de sinais para se comunicar, sendo esta considerada um importante recurso para a salvação de suas almas. (DUARTE, Soraya et al, 2013)

Todavia, o quadro de desprezo aos surdos não agradava a igreja, principalmente em relação às famílias abastadas. Durante o feudalismo, os nobres, para não terem que compartilhar seus bens com outras famílias, casavam-se entre si para manter a riqueza em uma única linhagem, o que resultava em um grande número de crianças surdas nas famílias. Estes surdos eram defendidos pela Igreja e havia o interesse de educá-los de alguma forma para que fossem considerados seres humanos perante a sociedade e pudessem herdar os bens de sua família.

Tem-se o registro do primeiro professor de surdos em 673 a.C., o arcebispo inglês John Beverly (? -721), que ensinou um surdo a falar de forma entendível, fato que foi caracterizado como um milagre. John foi o primeiro a ensinar uma pessoa surda a se comunicar, e por essa razão é lembrado como um dos pioneiros no processo de educação dos surdos, embora o método utilizado por ele tenha sido desconsiderado. (DUARTE, Soraya et al, 2013). No entanto, embora seu trabalho tenha sido importante para a história da educação dos surdos e receba bastante reconhecimento por isso, o reconhecimento formal de primeiro professor para pessoas surdas foi entregue ao monge Beneditino Pedro Ponce de León (1520-1548), o francês que ficou famoso na Idade Média por ensinar as crianças surdas da nobreza espanhola do século.

Segundo LODI:

“Os registros da história, a educação de surdos teve sua origem no século XVI, a partir do trabalho desenvolvido pelo monge Beneditino Pedro Ponce de León. Seu trabalho não apenas influenciou os métodos de ensino para surdos no decorrer dos tempos, como também demonstrou que eram falsos os argumentos médicos e filosóficos e as crenças religiosas da época sobre a incapacidade dos surdos para o desenvolvimento da linguagem e, portanto, para toda e qualquer aprendizagem.” (LODI, 2005)

Pedro Ponce pertencia ao grupo de monges do Monastério de Oña, da Espanha, que desenvolveram um sistema próprio de comunicação manual, uma vez que lhes fora tirado o direito da fala, e assim León se acostumou a se comunicar através de sinais. Anos depois, ele desenvolveu um método de educação para surdos. Seu trabalho fora importante não só por ter influenciado o método de educação de surdos ao longo da história, mas também por ter evidenciado que eram falsos os argumentos filosóficos, médicos e religiosos em relação ao fato de surdos serem doentes e incapazes de se comunicar, conforme destaca Strobel:

“Peter Ponce de Leon foi o fundador de uma das escolas primárias para professores de surdos. Seu trabalho não apenas influenciou os métodos de ensino de surdos ao longo da história, mas também demonstrou que eram falsas as implicações médicas, filosóficas e religiosas da época em relação à incapacidade dos surdos de desenvolver a fala e, como resultado, de apreciá-la.” (STROBEL, 2005)

O trabalho de Ponce, porém, tinha como principal foco o ensino oral e da escrita com seus alunos surdos, a escrita era considerada um símbolo de poder naquela época, porém o poder da escrita só era dado aos religiosos e à classe social dominante — a burguesia.

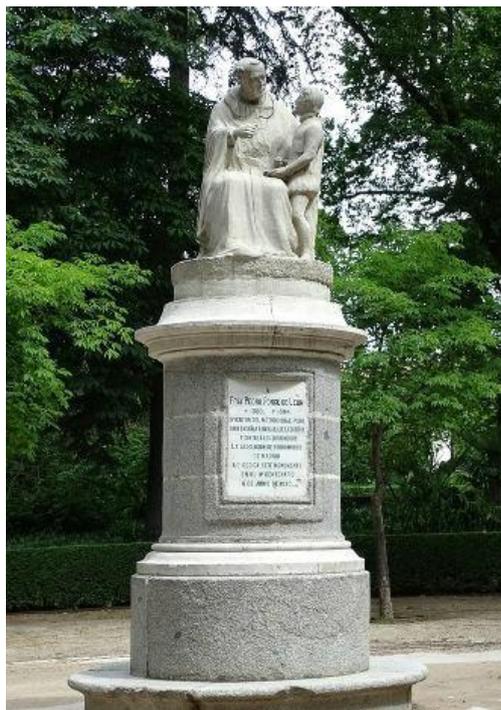


Figura 1: Estátua em homenagem a Pedro Ponce de León

Fonte: (Brasil Escola)

Léon começou a realizar suas atividades depois que dois irmãos, chamados Francisco e Pedro de Velasco y Tovar, foram encaminhados para um mosteiro — estabelecimento onde os monges ficavam isolados do resto do mundo. Pedro tornou-se guardião dos dois irmãos e deu início a uma educação que mesclava sinais utilizados pelos garotos com sinais usados pelos monges. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2023)

Seu trabalho ficou famoso por ensinar os filhos dos nobres, uma vez que apenas os filhos destes buscavam (e tinham acesso) à educação, principalmente na forma oral, pois somente assim teriam o direito a heranças. Acreditavam que, tendo aprendido a língua falada, os surdos abandonariam as condições selvagens para as condições de humanos. Nessa época, assim como na era do feudalismo, o índice de crianças surdas era alto em decorrência dos casamentos sanguíneos, uma prática muito comum entre famílias da nobreza por toda Europa Ocidental que não queriam compartilhar suas riquezas com outras famílias e por isso casavam-se entre si.

O método utilizado por Ponce mesclava datilologia (alfabeto manual), a escrita e a fala (oralização), e tinha como objetivo central garantir a socialização entre os surdos, viabilizando seu reconhecimento como cidadão e permitindo que eles pudessem herdar bens de família. O reconhecimento de Pedro Ponce foi obtido pela criação do alfabeto manual, que ajudou as pessoas surdas a soletrarem palavras. Ulteriormente surgiram muitos outros nomes que representaram a evolução do aprendizado de pessoas surdas ao longo dos anos de luta da

comunidade. O sucessor se León foi o professor Manuel Ramírez de Carrión (1579-1652), que ensinou vários surdos da nobreza castelhana e também publicou um livro, em 1629, intitulado *Maravilhas da natureza*. O autor, no entanto, nada esclarece sobre seu método de trabalho. (PERELLO & TORTOSA, 1978)

II.II HISTÓRICO DOS SURDOS E DA LÍNGUA DE SINAIS NO BRASIL

O contexto histórico dos surdos brasileiros não é dissemelhante das demais sociedades. No Brasil, em décadas passadas, crianças surdas eram escondidas por suas famílias ouvintes, que se envergonhavam por terem concebido filhos que não atendiam aos padrões considerados 'normais' pela sociedade; em decorrência disso, por muito tempo os surdos se mantiveram isolados, e quando saíam de casa, eram obrigatoriamente acompanhados por seus pais. Nesse contexto, a comunicação entre pais e filhos era demasiada complexa, visto que a língua de sinais não era aceita pelas famílias como a primeira língua dos surdos; para elas, era estranho utilizar de “gestos” e “mímicas” (não Língua de Sinais) como forma de comunicação. As crianças surdas, em sua parte, tendiam a se sentir excetuadas, o que ocasionava a perda da habilidade social e o desenvolvimento de complexos que as deixavam agitadas na presença de ouvintes. (MYRNA SALERNO MONTEIRO, 2010)

A antiga sociedade brasileira carregava os mesmos preconceitos e crenças discriminatórias que as demais sociedades, majoritariamente, difundiam, e em função disso ignorava os surdos por julgá-los como seres inúteis e ineducáveis. Por muitos anos, nem mesmo os próprios surdos compreenderam a importância da LS como forma de comunicação para o desenvolvimento de sua cognição e da construção de sua Identidade Cultural. Conseqüentemente, o bloqueio no desenvolvimento da Língua de Sinais acarretou problemas sociais, emocionais e intelectuais no aprendizado dos surdos.

É notório que na sociedade atual ocorreu uma transformação significativa da visão social em relação à questão dos surdos, de sua cultura e de sua língua. Todavia, a luta da comunidade prossegue sendo um processo lento. A poucos anos atrás, a Língua brasileira de sinais ainda era considerada uma polêmica, pois era vista como uma linguagem e não como uma língua oficial. Ainda atualmente, o preconceito com pessoas surdas se estabelece de forma velada, através de piadas ofensivas, senso comum discriminatório, e a língua de sinais ainda é caracterizada por muitos como ‘português sinalizado’.

Hodiernamente, por mais que seja reconhecida como um meio legal de comunicação e expressão dos surdos, pela Lei nº 10.436/2002 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2002),

regulamentada pelo Decreto N° 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005), a Língua Brasileira de Sinais ainda é um tabu no âmbito social, sendo erroneamente conhecida como uma linguagem, ou meros ‘gestos’. Muitos surdos ainda são submetidos a aulas da fonoaudiologia para desenvolver a fala, pois, poucas pessoas têm, de fato, conhecimento sobre a Libras e fluência na língua, e muitos daqueles que aprendem a LS deixam de utilizá-la ao longo do tempo por não serem compreendidos.

Além disso, o processo de movimentos sociais e políticos promovidos pelas Associações de Surdos na sociedade brasileira ainda é uma preocupação, uma vez que não há na lei nenhum item que decreta regras de funcionamento que regularizem e valorizem as Associações de Surdos. Mesmo com a regulamentação da lei que estabelece os direitos dos surdos, ainda há muita disputa e polêmica entre ouvintes e surdos na sociedade em relação ao mercado profissional. Também ainda há um longo caminho a percorrer até que os surdos conquistem o direito de contar com profissionais capacitados entre professores e entre intérpretes de Libras, que possam garantir-lhes pleno acesso ao conhecimento socialmente compartilhado. Além disso, sabe-se que a discussão sobre inclusão em escolas e universidades é um tema ainda a ser amplamente explorado.

O conhecimento e a reflexão sobre os espaços e tempos que moldam a história dos surdos, desde os sacrifícios em vias públicas, os encerramentos em instituições, o sistema integracionista até os discursos atuais sobre inclusão e representatividade, ampliam a compreensão em relação a essa comunidade e esclarece a extensão de sua trajetória, e expõe o quanto ela está repleta de relações de poder. A surdez foi pensada e definida pelos homens ouvintes; portanto, a questão proposta por um ponto de vista socioantropológico que entende o surdo como parte de um grupo acidental, não avaliando um desvio patológico. (PADDEN & HUMPHRIES, 1996) (LADD, 2003)

Portanto, pode-se concluir que, por mais que haja leis e regulamentos que defendam o direito do surdo ao acesso à comunicação e a sua inclusão na sociedade, os surdos brasileiros não têm visto nada de certo quanto a promoção de mudanças adaptativas importantes em suas vidas para a manutenção das associações surdas e de sua identidade cultural, tampouco a valorização da Língua de sinais e sua inclusão na grade de estudos como conteúdo acadêmico essencial para o ser social. Segundo Duarte, “ a aprovação da Lei nº 10.436/2002, de 24 de abril de 2002, garante o acesso ao ensino de Libras, a formação de professores e intérpretes e a presença de intérpretes em locais públicos. O impacto desta acessibilidade leva à inserção da Libras além das relações cotidianas entre surdos e ouvintes. Notam-se ainda tímidas mudanças

e aguardam-se o cumprimento da lei e sua repercussão nas políticas de saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, turismo e nos meios de comunicação. (DUARTE, Soraya et al, 2013)

Apesar dos anos de evolução em sua trajetória, surdos seguem sendo isolados e sujeitados a se adaptar a sociedade ouvinte para ter o mínimo de convívio social. Sendo assim, a luta prossegue num processo lento, e continuará até que todos os direitos conferidos pela lei sejam obtidos.

II.III A ORIGEM DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.

Como visto pelo contexto histórico dos surdos no Brasil, eles enfrentaram muitas dificuldades quanto a sua inclusão e aceitação de sua língua. A história desta iniciou-se em 1855, durante o período do segundo império, que perdurou de 1840 até 1889, sob a liderança de Dom Pedro II. O professor surdo Ernest Huet enviou um relatório ao imperador, cujo conteúdo revelava seu interesse em construir uma escola para surdos no Brasil. Nos primórdios, se corria relatos de que o imperador aprovou o projeto por ter um parente próximo surdo, sendo este seu neto, filho da princesa Isabel com o príncipe Gastão de Orléans, que também era surdo, mas isso prossegue sendo pauta para debates de estudiosos.

Ernest Huet veio ao Brasil de mudança em 1855, trazendo consigo o político baiano Marquês de Abrantes, que fora destacado para acompanhar o processo de perto, e dois anos após sua chegada o projeto foi aprovado e, assim, em 1857, a primeira escola de surdos do país foi fundada no Rio de Janeiro, inicialmente nomeada como “Imperial Instituto de Surdos-Mudos”, e conhecida atualmente como Instituto Nacional de Educação de Surdos, ou INES. (MYRNA SALERNO MONTEIRO, 2010)

Ernest Huet, também conhecido como Eduard Huet, já possuía experiência no ramo da educação de surdos. Acometido por uma doença durante a infância, Huet perdeu a audição aos 12 anos de idade, e sendo membro de uma família rica da França, teve acesso à melhor educação disponível em sua época e, assim, aprendeu a Língua Francesa de Sinais (LSF) no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, em Bourges, que foi a primeira escola de surdos a ser fundada no ocidente. A escola utilizava o método de ensino manualista, onde os alunos eram instruídos no francês escrito por meio de um sistema que adaptava a língua de sinais, chamado de ‘sinais metódicos’. (ACADEMIA DE LIBRAS, 2019)

E. Huet passou de aluno para professor do Instituto, e mais tarde tornou-se diretor. Ao vir para o Brasil, trouxe consigo a experiência de ter lecionado e dirigido o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, na França, o que o habilitava a apresentar ao imperador D. Pedro II a

proposta de estabelecer a primeira instituição destinada à educação dos surdos no Brasil, tendo como modelo o Instituto Nacional de Paris. Portador de uma carta de recomendação Ministro da Instrução Pública da França e com o apoio do embaixador da França no Brasil, Monsieur Saint Georg, Huet não teve dificuldade em obter a aprovação imperial para a criação da entidade.

Na época, os surdos brasileiros, que deviam usar algum sistema de sinais próprio, em contato com a Língua de Sinais Francesa compuseram uma nova língua de sinais. Sendo assim, a LIBRAS foi criada juntamente ao INES, a partir da junção entre a LSF e de sinais que já eram utilizados pelos surdos brasileiros na época. (PADILHA, Simone; COVEZZI, Marta, 2018)

II.IV O INES E A TRAJETÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

O atual Instituto Nacional de Educação de Surdos foi criado em meados do século XIX, por iniciativa do surdo francês Ernesto Huet, e inicialmente foi denominado como "Colégio Nacional de Surdos-Mudos", para ambos os sexos, segundo o relato de ALMEIDA:

“Eduard Huet, professor surdo francês, chegou no Brasil, em 1855, a convite do imperador D. Pedro II, para fundar uma escola para surdos no Rio de Janeiro. No dia 26 de setembro de 1857, dois anos após sua chegada, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Huet teve muita dificuldade em seu trabalho, no Brasil, devido à desconfiança das famílias dos surdos em permitir que um estrangeiro instrísse seus filhos. Pelo fato de Huet ser surdo, dificultou ainda mais a aceitação na época, porque, no Brasil, os surdos não eram aceitos como cidadãos. Ele lecionou por uns quatro anos, e depois viajou para o México. Foi por meio de Huet que a Libras sofreu a influência da Língua de Sinais Francesa.” (ALMEIDA, Melquisedeque o. s, 2016)

A organização começou a funcionar em 1 de janeiro de 1855, o mesmo ano em que a proposta de Huet foi publicada. Na proposta em questão, Huet informava o imperador sobre sua experiência anterior como diretor de uma instituição para surdos na França, o Instituto de Surdos-Mudos de Bourges. No documento também estavam inclusas as disciplinas que seriam aplicadas no Instituto, sendo elas: Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios.

Era comum, na época, que os surdos que se formassem em instituições europeias especiais fossem contratados para ajudar a fundar novas instituições educacionais para seus semelhantes em outros territórios. Em 1815, por exemplo, o americano Thomas Hopkins

Gallaudet (1781-1851) iniciou seus estudos no Instituto Nacional para Surdos em Paris. Quando os concluiu, chamou o ex-aluno da instituição, Laurent Clérc, que já trabalhava como professor, para fundar a primeira escola para surdos da América. Nesse contexto, pode-se compreender que a proposição de Huet corresponde a esse teor.

Até o ano de 1908, considerava-se 1 de janeiro de 1856 como a data oficial de fundação do Instituto. A alteração deu-se pelo artigo 7º do decreto nº. 6.892, de 19 de março de 1908, que transferiu a data de fundação para a promulgação da Lei 939, de 26 de setembro de 1857, que em seu artigo 16, inciso 10, consta que o Instituto passou a ser subvencionado pelo Império. (CÂMARA, 1908) Antes deste decreto, os estudantes eram subvencionados por entidades públicas ou privadas, às vezes pelo próprio Imperador. (ROCHA, Solange Maria, s.d.)

Em sua trajetória de quase dois séculos, o Instituto atendeu por outras denominações, dentre elas:

Datas	Denominações
1856/1857	Collégio Nacional para Surdos-Mudos
1857/1858	Instituto Imperial para Surdos-Mudos
1858/1865	Imperial Instituto para Surdos-Mudos
1865/1874	Imperial Instituto dos Surdos-Mudos
1874/1890	Instituto dos Surdos-Mudos
1890/1957	Instituto Nacional de Surdos Mudos

1957/Atualidade	Instituto Nacional de Educação de Surdos
-----------------	--

Tabela 5 - Denominações do INES.

(Fonte: Elaborada pelo autor)



Figura 2 - Fachada do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Fonte: (Pinterest.com)

Sendo a alteração mais significativa realizada em 1957, que foi a substituição do termo “Mudo” pela palavra “Educação”. A mudança refletiu diretamente no ideário da década de 1950, no qual o Instituto e suas discussões sobre a educação de surdos faziam parte. O termo "Surdo-mudo" consequentemente caiu em desuso com o passar dos anos, pois compreendeu-se que as principais causas da mudez são físicas, relacionadas à garganta, cordas-vocais, língua, pulmões, dentre outros. Nesse contexto, há surdos que não falam por não terem desenvolvido tal habilidade, em sua maioria por terem nascido com a condição da surdez, mas não apresentam qualquer dano em suas cordas-vocais. Da mesma forma, há surdos e deficientes auditivos que desenvolveram a fala através de aulas de fonoaudiologia e oralização, com o auxílio de aparelhos auditivos e/ou por terem sofrido a perda da audição a longo prazo e aprendido a falar

antes de ficarem completamente surdos. Portanto, o termo "surdo-mudo" é compreendido como errado e até mesmo pejorativo.



Figura 3 - Crianças assistindo aula no Instituto Nacional de Educação de Surdos

Fonte: (Pinterest.com)

Nas primeiras décadas do século XX, o Instituto oferecia, além da educação literária, a educação profissional, a conclusão do curso era vinculada à aprendizagem de um ofício e os alunos frequentavam, segundo suas competências, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica ferraria e artes plásticas. Por ser a única instituição de surdos em território brasileiro e em países vizinhos, há muito tempo o INES recebeu alunos de todo o país e do exterior, configurando-se como referência para assuntos de educação, profissionalização e socialização de pessoas surdas. A língua de sinais utilizada no Instituto, que sofria uma forte influência francesa em virtude da nacionalidade de Huet, foi difundida pelo Brasil pelos alunos que retornavam aos seus países e estados de origem ao final do curso.



Figura 4 - Fotografia de atividade de alunos surdos com instrutores

Fonte: (Pinterest.com)

Todavia, nem de longe o processo de educação dos surdos brasileiros fora fácil. Ao chegar ao Brasil, Huet enfrentou diversos obstáculos em conseguir o reconhecimento de seu trabalho, além da rejeição por parte das famílias, que tinham receio de enviar seus filhos para serem ensinados por um estrangeiro, visto que o Brasil, por efeito das decisões do Congresso de Milão, em 1880, havia adotado o oralismo como método educacional para surdos e proibido a Língua de sinais nas escolas.

O contexto histórico da educação dos surdos denota que enfrentaram muitas dificuldades para ter o reconhecimento de sua língua, foram eliminadas as escolas para educação de surdos, tendo como objetivo a unificação da linguagem, e faziam de tudo para que os surdos aprendessem através da língua oral e escrita. Tentavam recuperar a audição daqueles que já nasceram surdos utilizando aparelhos auditivos, e por meio de fonoaudiólogos tentavam treinar a oralização. Ao longo da história, os surdos foram inferiorizados de todas as formas, uma vez que a surdez era considerada doença de uma maneira preconceituosa, pelo fato de não terem obtido resultados satisfatórios quanto ao desenvolvimento da oralidade e escrita.

Conforme relata LODI:

"Assim, durante quase um século (1880-1960), o discurso dominante sobre a surdez centrou-se no abafar, no inferiorizar, no descaracterizar as diferenças, elevando e enfatizando aquilo que estava ausente no surdo frente ao modelo ouvinte (a audição, a fala, a linguagem), determinando o desenvolvimento de abordagens clínicas e práticas pedagógicas que buscavam o apagamento da surdez, por meio da tentativa de restituição da audição pelo uso de aparelhos de amplificação sonora, e de levar os surdos ao desenvolvimento da linguagem oral a partir de

técnicas mecânicas e descontextualizadas de treino articulatório." (LODI, Ana Claudia Balieiro, 2005)

A Libras, que aos poucos estava conquistando seu espaço no território brasileiro, sofreu um grande impacto após o que a história registra como um dos encontros mais difíceis para a comunidade surda mundial, o Congresso Internacional de Professores de Surdos, em 11 de Setembro de 1880, na cidade de Milão, na Itália.

A reunião, também conhecida como "Congresso de Milão", foi organizada e patrocinada pela Pereira Society, um grupo de defensores do Oralismo Puro, e seu nítido objetivo era preservar a hegemonia da língua oral. Todas as pessoas presentes no congresso foram cuidadosamente selecionadas, com a intenção de que a maioria fosse a favor da oralização e reagisse negativamente aos discursos a favor da língua gestual. Depois de discutir sobre o rumo da educação dos surdos, o uso da língua de sinais foi proibido nas escolas de todo o mundo através de uma votação de 160 contra 4, sendo os quatro defensores o fundador da Gallaudet University, Edward Gallaudet, Thomas Gallaudet e o professor inglês Richard Elliot.

O fonoaudiólogo britânico Alexander Graham Bell foi um grande defensor do oralismo, e foi por influência dele que a decisão de proibir a Língua de Sinais foi tomada, por isso ele é repudiado pelas comunidades surdas em todo o mundo, conforme relatada (GESSER, Audrei, 2009):

"Oralizar é sinônimo de negação da língua dos surdos. É sinônimo de correção, de imposição de treinos exaustivos, repetitivos e mecânicos da fala. A figura do adepto convicto do oralismo, Alexandre Graham Bell, por exemplo, ganhou forças durante o movimento eugênico e, especialmente, no famoso congresso de Milão em 1880, durante o qual ele pregava que a surdez era uma aberração para a humanidade, pois perpetuava características genéticas negativas. Nesse cenário, internatos de surdos, casamentos entre eles e qualquer tipo de contato eram proibidos, e tal proibição foi entendida como uma medida preventiva, capaz de "salvar" a raça humana."

Sendo assim, por cerca de 100 anos, a principal base metodológica no ensino e na educação dos surdos, foi o oralismo. Esse período foi definido por muitos como "Império oralista" e indicados por outros como "Idade das trevas de pedagogia oral". (ALMEIDA, Melquisedeque o. s, 2016)

A história dos surdos é estigmatizada por traumas e, muitas vezes, por cenários de violência e privações, pois muitos eram proibidos de utilizar a Língua de sinais e tinham suas mãos amarradas para que utilizassem apenas a oralização como forma de comunicação. De acordo com LETÍCIA, "oralizar os surdos é tentar negar a existência de sua língua natural, traz

grandes sacrifícios aos surdos em relação ao seu desenvolvimento, tornando-se motivo de rejeição por parte deles". (NASCIMENTO, Letícia Lima, 2017)

A proibição da LS obviamente não impediu que os surdos a utilizassem, embora isso tenha, de fato, atrasado e prejudicado a sua difusão e o seu desenvolvimento, mas foi através da persistência no seu uso que ela tornou a ser legalizada.

De acordo com (ALMEIDA, Melquisedeque o. s, 2016), depois da década de 1990, surgiram diversos debates referente à educação de surdos, alguns defendendo a educação oral, outros o ensino da Libras, também era debatido as políticas de inclusão, a visão dos surdos como deficientes, e os seus direitos civis.

Na década de 1960, nos EUA, com o suporte de pesquisas realizadas na área de linguística, a comunicação gestual entre surdos obteve o status de língua. No Brasil, no final da década de 1980, os surdos dirigiram um movimento para oficializar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Em 1993, o projeto iniciou um longo processo de legalização e regulamentação em âmbito federal, que culminou com a criação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como uma língua oficial, sequente ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta. O Decreto contém nove capítulos com os seguintes temas: a Libras como uma disciplina curricular; o ensino da língua portuguesa oferecido aos alunos surdos como segunda língua; a formação de professores bilíngues; e a regulamentação do uso e difusão desta língua nas esferas públicas e privadas.

“Art. 1o É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (BRASIL, 2002)

A Lei de LIBRAS foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, no artigo 2º, “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da língua Brasileira de Sinais — Libras” ((BRASIL, 2005) Para a comunidade surda o reconhecimento legal da língua brasileira dos surdos foi extremamente significativo, por meio do decreto que instituiu a Língua Brasileira como a primeira língua oficial dos surdos brasileiros, surgiram novas oportunidades para os surdos, garantindo seus

direitos, podendo se comunicar e serem incluídos na sociedade. (NASCIMENTO, Letícia Lima, 2017)

Um pouco mais tarde, em 2008, foi instituído o Dia Nacional dos Surdos, que é celebrado em 26 de setembro, em homenagem a criação da primeira escola brasileira voltada a esse segmento da população, o INES. GOV.COM

A instituição, atualmente vinculada ao Ministério de Educação (MEC), é considerada um centro de referência nacional na área da surdez até os dias de hoje, desempenhando tarefas de apoio às políticas públicas e sua implementação nas esferas subnacionais do Governo. Como uma instituição de ensino, o INES atende alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, além de incentivar as pesquisas de novas metodologias aplicadas no ensino de surdos e no atendimento à comunidade e aos estudantes nas áreas de fonoaudiologia, psicologia e assistências social. A instituição também auxilia pessoas surdas a ingressar no mercado de trabalho por meio de educação profissionalizante e estágios. GOV.BR MOINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Figura 5 - Fachada do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Fonte: (Pinterest.com)

CAPÍTULO III

III. I DIFICULDADES DOS DEFICIENTES AUDITIVOS

Pessoas com deficiência auditiva convivem com desafios cotidianos, sendo eles obstáculos emocionais ou dificuldades práticas na vida diária.

Na dor emocional, o portador dessa condição pode se sentir solitário por conta da incapacidade de escutar, levando-o a se desconectar do mundo e das pessoas e, conseqüentemente, se isolar. Conversas cotidianas se tornam um esforço, podendo ocorrer o afastamento do indivíduo a medida em que ele deixa de pedir para as pessoas repetirem ou falarem mais alto, devido à vergonha e para não se tornar motivo de escárnio ou desprezo e

também algumas pessoas que não tem o conhecimento dessa condição auditiva passam a excluir esse indivíduo da conversa. (MOREIRA, 2023)

III.II IMPACTOS NO AMBIENTE EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

A escola é de fundamento para qualquer pessoa, portanto deve se estimular a inclusão social de indivíduos com a deficiência auditiva. Muitas escolas acabam ignorando a inserção destes alunos, por falta de professores habilitados ou de conhecimento básico da língua de sinais brasileira, e a falta de metodologias de ensino adequadas para a realidade destes estudantes. Devido a essas questões o aluno acaba deixando de ir para escola regularmente, dificultando no seu desenvolvimento na educação escolar. (FREITAS, 2016)

Portanto nesse caso deve recorrer a escola mais habilitada para essa condição conhecida como APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais), essa instituição é fácil de ser encontrada em vários municípios. Objetivo da APEA é promover educação, assistência social e saúde para pessoas com deficiência intelectual e múltipla tendo seus direitos humanos. (APAE CONCÓRDIA, 2017)

Além de enfrentar barreiras na escola, isso também se estende no mercado de trabalho, devido a lei é obrigatório contratação de pessoas deficientes auditivos, como uma inclusão social e de direitos humanos.

A dificuldade de acesso e permanência em empregos formais é exemplo que leva a maior parte desse grupo ao desemprego. Ressaltando que a comunicação é um obstáculo, sendo assim, reuniões em grande volume de pessoas, telefonemas, palestras, interagir com funcionários e clientes é complicado, por isso empresas devem se dispor a organização e se adaptar para o bem de todos. (ICOM, 2021)

III.III PRECONCEITO E A PRESSÃO QUE DEFICIENTES AUDITIVOS ENFRENTAM

O preconceito contra as pessoas surdas, denominado “*ouvintismo*” ou “*audismo*” está presente na nossa sociedade.

Desde os primórdios foi estabelecido a noção de que o mundo foi projetado para pessoas ouvintes, levando apenas em consideração a sua percepção de vida, fazendo com que pessoas surdas fossem encaradas como incapazes e dignas de pena apenas por uma condição genotípica

ou fenotípica. Partindo desse ponto de vista, o *“ouvintismo”* segue a lógica de que a pessoa surda ou deficiente auditiva seria o elemento que não se encaixa e que necessita buscar seu local para poder ser inserido no restante da sociedade, isto é, realizando práticas como a leitura labial, com o intuito de serem integrados ao restante. (GALA, 2022).

Com esse padrão estabelecido, passou a ser considerado normal a condição de ouvinte que compõe a maior parte da população, tornando a inclusão da população surda ou deficiente auditiva constantemente ignorada e negligenciada. Sem contar o fato do *“ouvintismo”* impor a privação do conhecimento da língua nativa deste público (Libras), tanto de pessoas da comunidade quanto de pessoas ouvintes, acarretando a ignorância e agravação desse problema social. Isso se deve a diferença entre o idioma vocal sonoro (português) e o idioma da língua de sinais estruturalmente composta de gestos e sinais. (RIBEIRO, 2021)

Todo esse preconceito vem da ignorância e do fato de não saber se portar quanto ao tratamento à uma pessoa surda, assim alegando que não é feita a inclusão por ser algo não tão fácil quanto parece transformando a situação desconfortável. Através desta mesma perspectiva podemos constatar que essa circunstância faz com que a instituição familiar muitas vezes não disponibilize de todos os recursos necessários de modo a realizar a inserção do indivíduo em todas os âmbitos. (MONTEIRO, 2019)

É importante ressaltar que não devemos considerar os direitos de pessoas surdas ou deficientes auditivas como direitos exclusivos, e sim como direitos humanos. Pois, quando é feita a polarização de pessoas surdas ou deficientes auditivas e pessoas ouvintes é criada uma espécie de barreira que separa esses indivíduos e impossibilita o contato social, o que conduz o pensamento preconceituoso ouvintista de que a ignorância é do deficiente auditivo por não escutar ou saber falar, sem levar em consideração a importância da Língua Brasileira de Sinais reconhecida pelo governo.

Tudo isso implica complexos processos de silenciamento, despolitização de lutas históricas promovidas pela comunidade surda e deficiente auditiva, violência simbólica e privação linguística.

CAPÍTULO IV: DESENVOLVIMENTO

A proposta do site informativo surgiu de modo que possa expandir a inclusão na forma de compartilhar informações de conhecimento público a respeito de pessoas com deficiência auditiva. Entende-se que umas das bases para o avanço de uma sociedade mais inclusiva seja a

educação e a conscientização, onde todas as pessoas, tenham igualdade de oportunidades e sejam respeitadas em suas identidades linguísticas.

A partir de estudos foi concluído que o site seria uma plataforma ideal, acessível e de fácil navegação para a inclusão de todos, um modo a juntar os conhecimentos detalhados sobre os desafios de pessoas com deficiência auditiva enfrentam em seu cotidiano, desde questões educacionais, como acesso a oportunidades. Utilizando o site como plataforma de divulgação, buscamos promover eventos e campanhas em prol da comunidade surda, aumentando a visibilidade e estimulando a contribuição a causa.

Em análise, a proposta do site informativo visa criar um espaço onde a inclusão social da comunidade surda seja promovida, a conscientização seja expandida e onde informações sobre a deficiência auditiva estejam ao alcance de todos.

Para o desenvolvimento do protótipo do site, utilizamos a plataforma “*Figma*”. (FIGMA, 2016) O sistema “*Figma*” é uma plataforma de design e prototipagem, permitindo acesso por meio de uma conta em qualquer navegador. Sendo ela a ferramenta essencial para a conclusão desse trabalho, permitindo a representação visual das funcionalidades presentes no site. Desempenhando o papel desde a proposta inicial até a fase da conclusão.

IV. I DESCRIÇÃO DE TELAS

A partir disso, foram criadas as primeiras demonstrações visuais e suas funcionalidades, com legendas e imagens, ilustrando gradualmente como navegar pelo site.



Figura 6 - Tela de Apresentação

FONTE: (Elaborado pelo Autor)

A primeira tela nomeada de “Página Inicial” é contida pelas principais informações do site, sendo elas o cabeçalho que consiste nas sessões de “Início” que volta automaticamente ao topo do site, “Conteúdos” que liga a uma página de “Conteúdos Gerais” onde oferece todos os artigos do site, a logo que consiste na junção de dois L sendo elas as principais letras do nome, a sessão “Libras” onde tem acesso a diversos canais de recursos de aprendizagem de Libras, e finalizando o cabeçalho temos a página “sobre” contendo informações sobre as motivações e criadores. Seguindo temos o nome “LibrasLy” e o objetivo inicial do site.

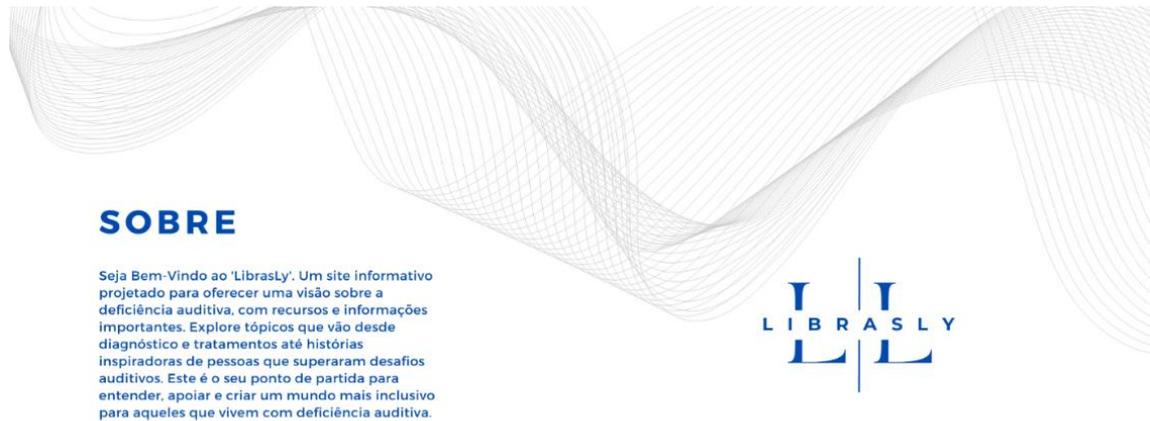


Figura 7 - Sobre

FONTE: (Elaborada pelo Autor)

Após a imagem anterior, temos a sessão da introdução, contendo informações sobre o que pode se encontrar no site e a Logo.

DESTAQUES



IMPORTÂNCIA

A importância de se manter informado



DIFICULDADES

Dificuldades de Portadores Dessa Condição



FONTES DE INSPIRAÇÃO

A Arte de Inspirar - Pessoas Inspiradoras



ASL

Língua de Sinais Americana



CULTURA

Identidade Cultural e Comunidade Surda



DATAS E EVENTOS

Datas e Eventos Importantes

Figura 8 - Destaques

FONTE: (Elaborada pelo Autor)

Seguindo, temos a sessão de “Destaques”, onde fica localizada os principais artigos categorizados em importância, dificuldades, fontes de inspiração, ASL, cultura e data e eventos. Seguida por um botão que dá acesso a páginas contendo mais conteúdo.

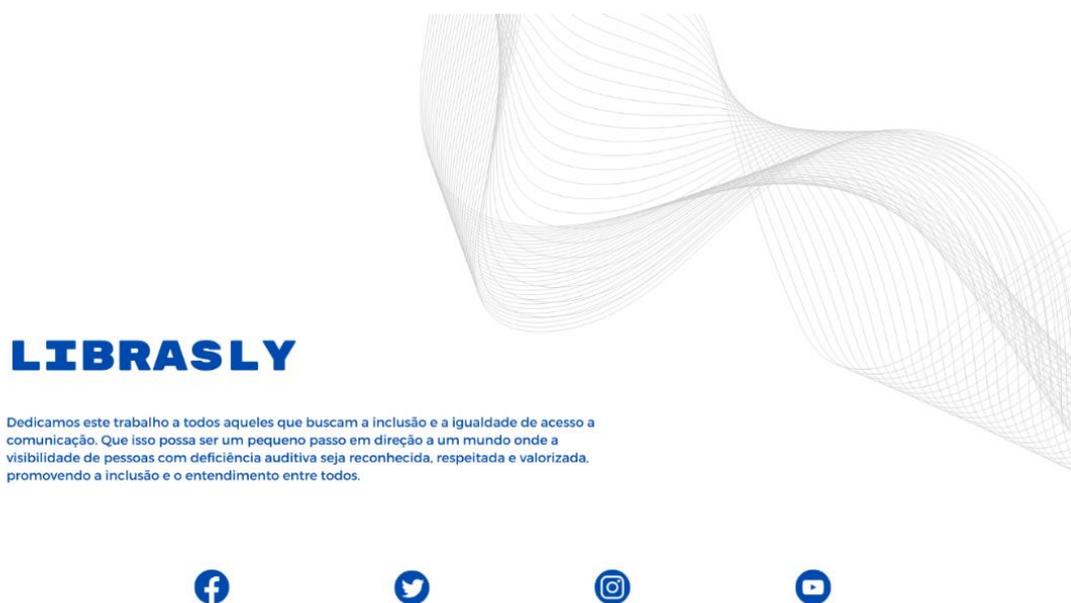


Figura 9 - Dedicatória

FONTE: (Elaborada pelo Autor)

Seguimos para a última sessão dessa tela composta pelo nome, dedicatória e ícones correspondentes de redes sociais para a possibilidade de compartilhar.



Figura 10 - Previa, parte 01

FONTE: (Elaborada pelo Autor)

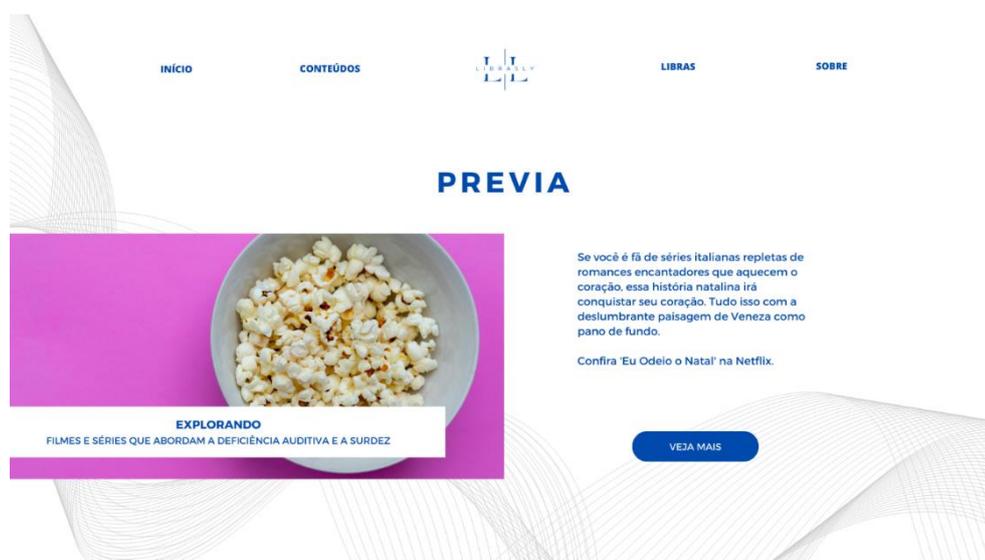


Figura 11 - Previa, parte 02

FONTE: (Elaborada pelo Autor)

Na segunda tela nomeada de “Conteúdos Gerais” composta pelo mesmo cabeçalho que a da “Página inicial”, seguida pela previa de uma matéria, contendo uma imagem e o título da matéria, ao arrastar para o lado temos a previa, que consiste na apresentação da matéria, seguido por um botão de “veja mais” que direciona o leitor a uma página sobre a matéria apresentada.



Figura 12 - Categorias

FONTE: (Elaborada pelo Autor)

A seguir temos as “Categorias”, composta pelas sessões de “Saúde” contendo informações de diagnósticos, aparelhos e como identificar. A próxima sessão é “Cotidiano” oferecendo as dificuldades de uma pessoa com deficiência auditiva, por fim “História” onde falamos sobre a história do surgimento da nomeada deficiência auditiva.

O formulário de cadastro está sobreposto a um fundo de linhas cinzas onduladas. À esquerda, há o texto "Fique por dentro de tudo. Receba nossa Novidades!". À direita, há dois campos de entrada de texto: "nome" e "email". Abaixo dos campos, há uma opção de consentimento com um botão de rádio desativado e o texto "Eu concordo em receber comunicações e estou de acordo com a política de privacidade.". No final, há um botão azul com o texto "CADASTRAR" em branco.

LIBRASLY

Figura 13 - Cadastro

FONTE: (Elaborada pelo Autor)

Após a imagem anterior, temos a sessão “Cadastro” composta pelos botões de “nome” e “e-mail”, essa sessão visa enviar atualizações e matérias para o usuário permitindo que ele esteja por dentro de todas as novidades. Finalizando com o nome “LibrasLy”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse projeto, foi concluído que o tema escolhido foi de extrema essencialidade para a propagação de conhecimento e visibilidade envolta da comunidade surda e deficiente auditiva. Durante o desenvolvimento da pesquisa nota-se que este assunto é pouco comentado na perspectiva social, o que motivou a introduzir o tema com o aprofundamento necessário para uma ampla compreensão.

No desenvolvimento da proposta houve algumas discrepâncias em relação a como colocar em prática a ideia sugerida. Primeiramente o objetivo era desenvolver um aplicativo voltado a ensinar o básico de libras, porém não era detido os recursos e conhecimentos suficientes para a efetuação deste. Dado a esta circunstância foi decidido em conjunto elaborar um site informativo sobre a comunidade deficiente auditiva e surda entre outros assuntos derivados, que se tornou uma proposta viável para a realidade atual.

Como resultados visa-se a conscientização do assunto, tornando possível a comunidade deficiente auditiva e surda ser reconhecida e visibilizada pelo demais público.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA DE LIBRAS. (Dezembro de 2019). *academiadelibras.com/blog/historia-dos-surdos*. Fonte: Academia de Libras: <https://academiadelibras.com/blog/historia-dos-surdos/#:~:text=Nessa%20antiga%20sociedade%2C%20os%20surdos,at%C3%A9%20mesmo%20temidos%20pela%20sociedade.>
- ALMEIDA, Melquisedeque o. s. (2016). *Língua brasileira de sinais*. Ilhéus, BA: Editus.
- ANGRISANI, R. M., SUZUKI, M. R., PIFAIA, G. R., SOUSA, E. C., & AZEVEDO, D. G. (30 de 04 de 2011). *www.scielo.br*. Fonte: Triagem Auditiva Neonatal com Emissões Otoacústicas e Reflexo Cócleo-Palpebral: Estudo da Sensibilidade e Especificidade : <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/bKXDrMKPz35krBvTLJZtzjy/?format=pdf>
- APAE CONCÓRDIA. (08 de Julho de 2017). <https://apaeconcordia.org.br/>. Acesso em 17 de Novembro de 2023, disponível em APAE CONCÓRDIA / SC: <https://apaeconcordia.org.br/voce-sabe-o-que-e-a-apae/>
- BRASIL. (2002). *Constituição: República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. (2005). *Constituição: República Federativa do Brasil, 1988*.
- CÂMARA. (28 de março de 1908). Fonte: camara.leg.br: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6892-19-marco-1908-501484-norma-pe.html>
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (23 de Dezembro de 2005). *www.camara.leg.br*. Fonte: Câmara dos deputados: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>
- CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. (01 de 17 de 2011). *www.camarajf.mg.gov.br*. Fonte: Câmara contribui na prevenção a problemas auditivos: <https://www.camarajf.mg.gov.br/www/noticias/exibir/1793/Camara-contribui-na-prevencao-a-problemas-auditivos.html?p=1034>
- citado em STROBEL, K. (s.d.).
- DUARTE, Soraya et al. (out-dez de 2013). Aspectos Históricos e socioculturais da população surda. *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, Brasil.
- ESTADÃO SUMMIT SAÚDE & BEM-ESTAR. (15 de 01 de 2020). *summitsaude.estadao.com.br*. Fonte: Deficiência Auditiva: causas, tipos e diagnósticos: <https://summitsaude.estadao.com.br/desafios-no-brasil/deficiencia-auditiva-causas-tipos-e-diagnosticos->

- MOURA, P. (Diretor). (2016). *Dicas da Fono* [Filme Cinematográfico]. Brasil. Acesso em 2023, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=52NcODFvoBI>
- MOURA, P. (17 de 11 de 2016). Dicas da Fono por Paula Moura. *Teste da Orelhinha: tudo o que você precisa saber!* Brasil. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Pnbs-bCZBJ8&t=24s>
- MOURA, P. (17 de 11 de 2016). Dicas da Fono por Paula Moura. *Teste da Orelhinha: tudo o que você precisa saber!* Brasil.
- MOURA, P. (26 de 01 de 2017). Dicas da Fono por Paula Moura. *Implante Coclear: tudo o que você precisa saber!* Brasil.
- MUNDO EDUCAÇÃO. (25 de 07 de 2023). <https://mundoeducacao.uol.com.br>. Fonte: UOL: <https://mundoeducacao.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-de-sinais-libras.htm#:~:text=A%20Língua%20Brasileira%20de%20Sinais,Huet%20para%20ensinar%20surdos%20aqui>.
- MYRNA SALERNO MONTEIRO. (24 de 06 de 2010). <http://educa.fcc.org.br/>. Fonte: GOOGLE ACADÊMICO: <http://educa.fcc.org.br/pdf/etd/v07n02/v07n02a27.pdf>
- NASCIMENTO, Letícia Lima. (2017). Os desafios, a história, a cultura na educação de surdos. Guarantã do Norte: Monografia (Licenciatura em Letras/Espanhol) - Faculdade de Ciências Sociais de Guarantã.
- PADDEN, C., & HUMPHRIES, T. (1996). *Deaf in America: voices from a culture*. Cambridge: Harvard University.
- PADILHA, Simone; COVEZZI, Marta. (maio-agosto de 2018). Contatos de línguas no estudo de empréstimos linguísticos: língua de sinais francesa/libras. *Polifonia*. Cuiabá, MT, Brasil.
- PERELLO, J., & TORTOSA, F. (1978). *Surdomudez*. Barcelona: Científico-Médica.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (24 de Abril de 2002). www.planalto.gov.br/. Fonte: Presidência da República: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm
- RIBEIRO, T. (06 de Dezembro de 2021). *Ouvintismo estrutural e exclusão social da pessoa surda*. Acesso em 15 de Março de 2023, disponível em Diversa: <https://diversa.org.br/artigos/ouvintismo-estrutural-e-exclusao-social-da-pessoa-surda/>
- ROCHA, Solange Maria. (s.d.). jornaldosurdo.comunidades.net. Fonte: História do INES: <https://jornaldosurdo.comunidades.net/fundacao-do-ines>
- SAADA, M. (27 de 08 de 2022). O Guia Definitivo do Aparelho Auditivo. *O Guia Definitivo do Aparelho Auditivo. Quando é Necessário. Qual o Melhor. Como Escolher*. Brasil.

- SACKS, O. (1998). Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. *Tradução Laura Teixeira Motta*. São Paulo: Companhia de Letras.
- STROBEL, K. (2005).
- STROBEL, Karin. (2008a). As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC.
- STROBEL, Karin. (2008b). Surdos: vestígios não registrados na história. *Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: UFSC.
- UFSC. (27 de dez de 2019). Historicismo: o Conflito no Congresso de Milão 1880.
- UFSC. (27 de dez de 2019). <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos> . *Historicismo: o Conflito no Congresso de Milão 1880* .
- VIEIRA, P., & LIMA, T. (2010). www.luzimarteixeira.com.br. Fonte: Deficiência Auditiva Comunicação: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/04/deficiencia-auditiva-comunicacao.pdf>